

PROJETO DE LEI Nº 24.558/2022

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo, das funções comissionadas símbolos FC-1 a FC-8, das funções gratificadas, dos proventos de aposentadoria e as pensões da Assembleia Legislativa, na forma que indica, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º – Os valores dos vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo, as funções comissionadas com símbolos FC-1 a FC-8 e as funções gratificadas do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, constantes dos Anexos III e IV da Lei nº 13.801, de 14 de novembro de 2017, ficam majorados em 4,0% (quatro por cento) a partir de 01 de janeiro de 2022.

§ 1º - Os proventos de aposentadoria e as pensões alcançados pela paridade constitucional serão revistos na mesma proporção, data e condições previstas nesta Lei.

§ 2º - O reajuste previsto no *caput* não se aplica às gratificações cujo valor resulte da aplicação de percentuais sobre os vencimentos.

Art. 2º – O art. 34 da Lei nº 8.971, de 05 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34 - O servidor poderá requerer a conversão de 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, cuja concessão ficará a critério da Administração.”

Art. 3º – As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações consignadas ao vigente Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2022.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 25 de maio de 2022.

Deputado Adolfo Menezes
Presidente

Deputado Paulo Rangel Lula da Silva
1º Vice-Presidente

Deputado Júnior Muniz
1º Secretário

Deputado Marcelinho Veiga
2º Vice-Presidente

Deputado Alan Sanches
2º Secretário

Deputado Bobô
3º Vice-Presidente

Deputado Soldado Prisco
3º Secretário

Deputado Paulo Câmara
4º Vice-Presidente

Deputada Neusa Lula Cadore
4ª Secretária

JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem por objetivo reajustar os vencimentos dos servidores efetivos e as funções comissionadas e gratificadas que integram o quadro da Assembleia Legislativa, aplicando-se o mesmo percentual de reajuste utilizado pelos Poderes Executivo e Judiciário, bem como pelo Ministério Público e Tribunais de Contas.

Cuida-se, também, de alterar dispositivo da Lei nº 8.971/2004, de modo a facultar à Administração a concessão ou não do abono pecuniário (transformação em pecúnia de um período de um terço das férias), que atualmente depende da exclusiva requisição do servidor. A modificação proposta decorre do entendimento de que deve competir à Administração a decisão quanto à necessidade do servidor permanecer em serviço durante dez dias das suas férias, tendo em consideração critérios de conveniência e oportunidade.